



Campanha Não ao ProSAVANA

Comunicado de imprensa

Examinadores independentes aceitam investigar acções da JICA em volta do ProSAVANA

(Maputo, 13 de Julho de 2017) - A Campanha “Não ao ProSavana” recebeu esta semana informação sobre a aceitação de um pedido de investigação sobre o ProSAVANA, submetido, por camponeses e camponesas, em Maio deste ano ao Comité Independente de examinadores da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) baseado em Tóquio, para a verificação e análise das irregularidades com que esta agência tem conduzido o processo do programa de desenvolvimento agrícola denominado ProSAVANA.

Numa carta endereçada aos agentes dos queixosos, membros da Campanha Não ao ProSAVANA, o comité de examinadores independentes da JICA informou o seguinte: “nos próximos dois meses, investigaremos os detalhes do cumprimento ou não da JICA das Diretrizes e incentivaremos o diálogo entre as partes de acordo com os ‘Procedimentos de objecção com base nas Diretrizes para Considerações Ambientais e Sociais.’”

As Directrizes em referência são um conjunto de procedimentos e regras a serem cumpridas na implementação de projectos para os quais a JICA presta assistência em qualquer parte do mundo. De acordo com as diretrizes, sempre que a JICA faltar ao cumprimento de suas responsabilidades ambientais e/ou sociais, as partes (entidades ou indivíduos) ofendidas podem apresentar aos examinadores independentes uma objecção.

Por considerar que a forma como a JICA (e o governo de Moçambique) têm conduzido o ProSAVANA causou danos, nomeadamente perseguição, intimidação, chantagem e ameaças, assim como a promoção de divisão da sociedade civil, sobretudo com o objectivo de ofuscar a sociedade civil, que se opõe ao ProSAVANA, um grupo de camponeses apresentou uma objecção, com vista a pressionar a JICA a corrigir a sua postura ou abandonar o programa nos termos irregulares que tem feito.

Portanto, a aceitação, por parte do comité independente de examinadores, de verificar as acções da JICA em Moçambique representa um reconhecimento de que as denúncias que se tem vindo a fazer têm fundamento e são dignas de investigação. Pelo que, reconhecendo que o comité de examinadores não tem poder para decidir sobre a interrupção da actuação da JICA no programa ProSAVANA, a campanha considera que esta acção oferece uma oportunidade

para o aprofundamento do debate sobre este controverso Programa e uma reflexão pública sobre os modelos de desenvolvimentos que se têm vindo a impor em Moçambique.

A Campanha Não ao ProSavana teve ainda conhecimento que a JICA rescindiu o contrato com a Solidariedade Moçambique no passado dia 14 de Maio deste ano por entender que esta não tem condições de cumprir os termos do contrato, por isso esta organização deveria devolver o valor referente ao contrato estabelecido com a JICA para facilitar as alegadas consultas comunitárias no âmbito do ProSavana.

Associação Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADECRU

Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula - CAJUPANA

Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nacala – CDJPN

Fórum Mulher – Marcha Mundial das Mulheres

Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique

Liga Moçambicana dos Direitos Humanos – LDH

Livaningo

União Nacional de Camponeses – UNAC

Maputo, 13 de Julho, 2017